



CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 1/5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Aracaju – SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Veja notas explicativas 6.9 e 23 as demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

As receitas da Companhia são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, reconhecidas na modalidade de: (i) disponibilidade de energia elétrica (receita fixa) que corresponde ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão para cobrir os custos fixos e (ii) receita variável, reconhecida por meio de medições para apurar os volumes de energia fornecida, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica.

Em decorrência da crise hídrica ocorrida em 2021, a Companhia foi acionada pelo Governo para suportar a necessidade de geração de energia para os consumidores finais, o que criou impacto significativo na operação da Companhia e ocasionou aumento relevante das receitas variáveis.

Devido ao fato de as variações de geração de energia e, consequentemente, o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, serem assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente:

– O entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando as suas naturezas e enquadramento conforme CPC 47– Receita e contrato com cliente.

– Inspeção documental, em base amostral, da receita registrada pela Companhia com o objetivo de validar os preços praticados, quantidades produzidas, reconhecimento contábil quando transferência do controle e recebimento subsequente correspondente.

– Recalculamos as receitas selecionadas considerando os preços divulgados pelo órgão regulador e a quantidade gerada pelas usinas da Companhia, comparamos com os valores reconhecidos contabilmente e adicionalmente confrontamos essas informações com relatórios externos divulgados pela Câmara de comercialização de venda de energia elétrica (CCEE, na data-base).

– Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos o reconhecimento da receita e as divulgações efetuadas aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas dem

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda CRC SP-014428/F-7

Hildebrando de Oliveira Abreu Contador CRC BA-029520/O-7

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>		<u>nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	223.454	291.322	Fornecedores	15	557.736	313.493
Aplicações financeiras	8	689.076	454.114	Empréstimos e financiamentos	16	587.872	151.507
Contas a receber	9	684.571	279.223	Debêntures	17	97.935	258.026
Imposto de renda e contribuição social	10	9.219	9.183	Impostos a recolher	19	82.384	14.190
Impostos a recuperar	10	42.885	10.238	Arrendamentos a pagar	18	71.687	99.430
Adiantamento a fornecedores		3.711	4.217	Outras contas a pagar		21.396	10.870
Estoque	11	62.162	6.193	Total do circulante		1.419.010	847.516
Outros créditos	12	48.212	17.015				
Total do circulante		1.763.290	1.071.505	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	16	1.946.630	1.835.164
Custos com captação de empréstimos		2.779	-	Debêntures	17	2.401.384	2.313.015
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	235.303	123.273	Arrendamentos a pagar	18	3.421.261	3.129.259
Adiantamento para imobilizado	13	329.679	250.056	Total do não circulante		7.769.275	7.277.438
Outros créditos		780	764				
Imobilizado	14	8.700.096	8.711.897	Patrimônio líquido			
Intangível		179	187	Capital social	22	2.271.032	2.271.032
Total do não circulante		9.268.816	9.086.177	Prejuízo acumulado		(427.211)	(238.304)
				Total do patrimônio líquido		1.843.821	2.032.728
Total do ativo		11.032.106	10.157.682	Total do passivo e patrimônio líquido		11.032.106	10.157.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	23	3.623.735	1.732.994
Custos operacionais	24	(2.618.452)	(1.288.639)
Lucro Bruto		1.005.283	444.355
Despesas gerais e administrativas	25	(63.081)	(56.906)
Outras receitas / despesas	28	98.580	(16.679)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.040.782	370.770
Receitas financeiras	26	74.081	205.719
Despesas financeiras	26	(1.401.331)	(824.466)
(Despesas) Receitas financeiras líquidas e impostos		(1.327.250)	(618.747)
Resultado antes dos impostos		(286.468)	(247.977)
Imposto de renda e contribuição social	10	(14.469)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	112.030	85.031
Prejuízo do Exercício	22	(188.907)	(162.946)
Prejuízo básico / diluído do período por ação		(0,0805)	(0,0737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	22	(188.907)	(162.946)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do período		(188.907)	(162.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do período	(188.907)	(162.946)
Ajustes por:		
Imposto diferido	(103.622)	(85.031)
Depreciação	350.351	287.833
Amortização	66	54
Varição cambial - fornecedores estrangeiros	(775)	(2.887)
Rendimento de aplicações financeiras	(20.776)	(9.024)
Juros e encargos da dívida	848.696	628.849
Juros e variações cambiais de arrendamento	466.238	2.929
	1.351.271	659.777
Alterações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(405.348)	(279.223)
Impostos a recuperar	(32.683)	(1.393)
Estoque	(55.969)	57.781
Outros créditos	(30.707)	(14.443)
Fornecedores	83.657	(72.335)
Outras contas a pagar	10.528	7.993
Imposto de renda e contribuição social	3.482	-
Imposto a recolher	58.651	11.565
Pagamento de juros de empréstimos e debentures	(500.978)	(500.276)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	481.904	(130.554)
Atividade de investimento		
Aplicação financeira	(1.367.353)	(68.826)
Resgate aplicação financeira	1.153.167	70.343
Adições de intangível	(58)	(55)
Adiantamento para imobilizado	(124.544)	(275.641)
Adições de imobilizado	(37.238)	(18.712)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(376.026)	(292.891)
Atividade de financiamento		
Integralização de capital social	-	526.680
Captação de empréstimos e debêntures	-	143.607
Amortização de empréstimos e debêntures	(312.012)	-
Captação de empréstimos capital de giro	860.265	-
Amortização de empréstimos capital de giro	(419.862)	-
Custos relacionados a captação empréstimos	(2.779)	(2.644)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(299.358)	(149.508)
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado nas atividades de financiamento	(173.746)	518.135
(Redução) aumento no caixa e equivalente de caixa	(67.868)	94.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	291.322	196.632
Caixa e equivalente de caixa no final do período	223.454	291.322
Varição líquida de caixa e equivalente de caixa	(67.868)	94.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticação pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/09/2022.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal da Cidade. Acesse também através do link: <http://jornaldacidade.net/publicacoes-legais>





CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
	nota			
Saldo em 1º de janeiro de 2020		1.744.352	(75.358)	1.668.994
Aumento de Capital	22	526.680	-	526.680
Prejuízo do período	22	-	(162.946)	(162.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.271.032	(238.304)	2.032.728
Saldo em 1º de janeiro de 2021		2.271.032	(238.304)	2.032.728
Prejuízo do período	22	-	(188.907)	(188.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.271.032	(427.211)	1.843.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 Descrição do Negócio

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, fundada em 25 de setembro de 2015, com sede no endereço Rodovia Cesar Franco SE-100, Bairro dos Coqueiros, Sergipe. É uma subsidiária integral da CELSE-PAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

A CELSE foi fundada para executar, adquirir, construir, administrar, operar e possuir as instalações e atividades de uma termelétrica a gás de ciclo combinado de 1,5 GW composta por três turbinas a gás e uma turbina a vapor, além de recuperação de calor, denominada "UTE Porto de Sergipe I". O Governo Brasileiro autorizou a CELSE a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica em 23 de novembro de 2015 por um período de 35 anos.

Em abril de 2015, a CELSE foi vencedora do Leilão de Energia Nova A-5, realizado pelo governo brasileiro, estabelecendo 26 Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR ou Contratos de Compra de Energia) por 25 anos, com distribuidoras de energia no Brasil. Consequentemente, a CELSE implementou PPA's (Power Purchase Agreements ou Contratos de Compra de Energia) com 26 empresas para fornecer energia elétrica com a venda de toda a capacidade instalada do Projeto de 1,5 GW.

Em janeiro de 2021, a CELSE ficou autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP. A autorização confere o registro como Agente Vendedor de gás natural.

• Operação comercial

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia não iniciou a operação comercial conforme previsto em seus Contratos de Compra de Energia (PPA) em ambiente regulado e exigido pelas regras do 21º Leilão de Projetos de Nova Geração de Energia.

Em 31 de dezembro de 2019 o projeto estava em fase final de comissionamento. Em 20 de março de 2020, por meio do Despacho nº 830, a ANEEL concedeu à CELSE a declaração parcial de operação comercial e autorizou o início da operação das (i) Unidades Geradoras 1 (UG1) à UG3, com entrada em operação comercial em 21 de março de 2020; e (ii) UG4, com entrada em operação comercial em 21 de março de 2020. Em 14 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 1.039, a ANEEL concedeu à CELSE o Declaração de Operação Comercial plena e autorizou a operação da UG4, em potência máxima a partir de 15 de abril de 2020.

Entre os fatores que contribuíram para a atraso da Companhia em iniciar a operação comercial em tempo hábil, estão os seguintes (i) várias greves durante o curso de 2018, especialmente a greve afiançadora, que afetou significativamente a construção da planta; e (ii) atraso na entrega do componente offshore do projeto devido ao fraco desempenho do contratante, atrasando a disponibilidade de gás para comissionamento.

No segundo semestre de 2019, para atender à sua obrigação contratual de PPA, que exige a disponibilização de 867 Megawatt por minuto (MWh) em média 867 MWh de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras, por um preço médio de R\$ 285,92 por MWh, totalizando um valor de R\$ 488.133. Conforme determinado no PPA, a entrega efetiva de energia quando não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional é avaliada a preço de mercado na data efetiva da transação, uma vez que as transações de compra e venda de energia foram fechadas na mesma data e seguindo preços à vista na data de cada transação, a Companhia não teve nenhum impacto material como resultado dessas transações.

Em 21 de março de 2020, após finalização da etapa de testes, a CELSE entrou em operação comercial parcial fazendo jus, desde essa data, ao recebimento da Receita Fixa.

Em 15 de abril de 2020, a Companhia passou a operar em sua totalidade, e com base nos PPA's, as receitas da CELSE com a venda de energia incluem (i) um componente de receita denominado em reais (indexado pela inflação) para a disponibilidade da usina, e (ii) um componente de receita variável com base na quantidade MWh de energia gerada, se houver. Cada comprador nos termos dos PPA's assinou um contrato de garantia, prevendo a entrega de parte das receitas de cada comprador para garantir o cumprimento das suas obrigações de pagamento conforme determinado nos PPA's.

• Despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (O.N.S.)

Em 2020 a CELSE só foi requerida a gerar energia na semana operativa de 28 de março a 3 de abril de 2020.

Em relação a 2021, o O.N.S. comandou o despacho antecipado da Companhia pelos seguintes períodos:

- 03 de julho a 27 de agosto de 2021 (por garantia energética);
- 28 de agosto a 10 de dezembro de 2021 (por ordem de mérito); e
- 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2021 (por garantia energética).

O despacho por segurança energética ocorre quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao O.N.S. (Operador Nacional do Sistema) que solicite a geração por usinas termelétricas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional. Motivada pela declaração do O.N.S. que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930. Devido a crise energética brasileira em decorrência da crise hídrica, que levou os reservatórios de usinas hidrelétricas a níveis muito baixos, o O.N.S. precisou comprar a baixa produção das hidrelétricas com o acionamento das usinas termelétricas, que operam principalmente com gás natural.

• Benefício fiscal SUDENE

Houve a aprovação ao enquadramento relativo ao benefício fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso de suas atribuições, em sessão realizada em 25/02/2021. A aprovação é referente ao enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração. O período de vigência do incentivo fiscal é de 10 anos, compreendendo na fruição nos anos calendariais de 2021 a 2030.

• Empréstimo de capital de giro

Em julho de 2021, a Companhia contraiu junto ao Banco Bradesco uma linha de Capital de Giro de até R\$ 837.075 (USD 150.000) para cobrir eventuais descasamentos de caixa nas compras de cargas de gás natural para a geração de energia da UTE. Em setembro de 2021, considerando os novos contratos de despacho da UTE e a necessidade de cargas de gás adicionais, a Companhia e o Banco Bradesco celebraram um aditivo ao contrato da linha de Capital de Giro, aumentando o limite de crédito disponível de USD de R\$ 837.075 (150.000) para 1.116.100 (USD 200.000). A Companhia captou um total de R\$ 860.265 até 31 de dezembro de 2021.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, correspondendo estas as mesmas informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de Abril de 2022.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas a seguir:

- Nota Explicativa nº 14 – imobilização: avaliação se um custo incorrido durante a fase pre-operacional é capitalizável ou não;
- Nota Explicativa nº 18 – Arrendamento a pagar: avaliação sobre se o contrato contém ou não um arrendamento

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre premissas e incertezas de estimativa que apresentam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas Explicativas a seguir.

- Nota Explicativa nº 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais reportáveis podem ser utilizados; e
- Nota Explicativa nº 14 – determinação da vida útil de ativos fixos.
- Nota 18 – determinação da taxa de desconto para mensuração dos passivos de arrendamento.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretores ou serviços de precificação,

forem usadas para mensurar o valor justo, a administração analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em tais avaliações devem ser classificadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados a valor justo.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis e que podem ser acessados, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: dados para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (dados não observáveis).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados a valor justo.

6 Principais políticas contábeis significativas

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão a seguir:

6.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

6.2 Instrumentos financeiros

(j) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente no momento em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo acrescido, para um item não mensurado ao FVTPL (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; em FVOCI (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - investimento de dívida; em FVOCI - instrumento de patrimônio; ou a FVTPL (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados posteriormente ao reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude seu modelo de negócios de gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período de relatório após a mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas e não for designado como no FVTPL:

- é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos para coletar fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um investimento de dívida é medido em FVOCI se ambas as condições a seguir forem atendidas e não for designado como em FVTPL:

- é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais dão origem em datas especificadas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em dívida

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou FVOCI, conforme descrito acima, são classificados como FVTPL. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI como ao FVTPL se isso permitir ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A administração avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em nível de carteira porque isso reflete melhor a forma como o negócio é administrado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e a operação dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração está focada em obter receita de juros contratual, manter um perfil de taxa de juros passivo, combinar a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
 - como o desempenho do portfólio é avaliado e relatado à administração da Empresa;
 - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; e
 - a frequência, o volume e o momento da venda do ativo financeiro em períodos anteriores, as razões para essas vendas e as expectativas sobre as atividades de vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para este fim, consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Empresa.
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são medidos pelo valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Ativos financeiros

- avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Para efeitos desta avaliação, "principal" é definido como o justo valor do ativo financeiro no reconhecimento inicial. "Juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e também por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos) com uma margem de lucro.

Para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atendessem a essa condição. Ao fazer esta avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que mudariam o valor ou o momento dos fluxos de caixa;
- termos que podem ajustar a taxa de cupom contratual, incluindo recursos de taxa variável;
- recursos de pré-pagamento e extensão; e
- termos que limitam a reivindicação da Empresa aos fluxos de caixa de ativos especificados (por exemplo, recursos sem recurso).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, as despesas com juros, os ganhos e as perdas da variação cambial são reconhecidos no resultado, quando não diretamente relacionados à construção da usina. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais relaxadas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados e reconhecido pelo valor justo.

No momento do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente exequível de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.3 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perdas em um montante igual às perdas de crédito esperadas para a vida toda, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito à data de relato; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência durante a vida útil esperada do instrumento financeiro) não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial

A Empresa considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É altamente improvável que o devedor pague todas as suas obrigações de crédito para a Empresa sem o recurso da Empresa a ações como a obtenção de garantia (se houver). Os ECLs vitais são os ECLs que resultam de todos os eventos de default possíveis durante a vida esperada de um instrumento financeiro.
 - ECLs de 12 meses são ECLs que resultam de possíveis eventos de default dentro dos 12 meses após a data do relatório (ou um período mais curto, se a vida esperada do instrumento for menor que 12 meses).
- O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está sujeita a riscos de crédito.

(ii) Ativos financeiros deteriorados

Em cada data de reporte, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um ativo financeiro é "prejudicado pelo crédito" quando um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorrem.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro está com problemas de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- Violação de cláusulas contratuais, como inadimplência ou atraso superior a 90 dias;
- A reestruturação de um valor devido à Companhia em termos que ela não consideraria de outra forma;
- É provável que o tomador declare falência ou outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado ativo para um título devido às dificuldades financeiras.

(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A Companhia apresenta a provisão para perdas de crédito esperadas em rubrica específica na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há provisão constituída.

(iv) Caixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não baixou nenhum ativo financeiro.

(i) Ativos não financeiros

A cada data de relatório, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros (impostos diferidos) para identificar indicadores de redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo ou UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

A Companhia não registrou nenhuma perda ao valor recuperável para os exercícios fiscais de 2021 e 2021, em função de ter feito análise e não ter identificado indícios de desvalorização de ativos (triggers de impairment) que demandassem a realização de teste de impairment.

6.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ao longo dos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para perdas fiscais não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles possam ser usados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o valor das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer o ativo fiscal diferido na íntegra, são considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados pelas reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas de se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.7 Receitas e despesas financeiras



CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 3/5

país fornecedores que forneçam informações para estimar receitas futuras e expectativas de custos. A projeção tributável futura da Administração foi realizada para um período de 10 anos, para o qual o imposto diferido reconhecido era totalmente realizável em 8 anos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Compensação tributos diferidos	-	9.267	17.894	23.521	35.913	48.251	60.081	40.376	235.303

e. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a pagar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	9.219	9.183

Os valores registrados referem-se basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte de resgates de aplicações financeiras e suas respectivamente atualizações pela SELIC.

Imposto de renda e contribuição social a pagar:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a recolher	3.482	-
CSLL a recolher	-	-
Saldo	3.482	-
Circulante	3.482	-

11 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Gás natural liquefeito – GNL (a)	50.826	5.624
Material para operação e manutenção (O&M) (b)	11.336	541
Materiais de consumo	-	28
Saldo	62.162	6.193

(a) Em 2021, com os despachos comandados pela O.N.S. desde 03 de julho de 2021 a Companhia vem comprando GNL sistematicamente para atender os despachos.

(b) Com o início da operação, a Companhia adquiriu consumíveis para operação e manutenção da planta.

12 Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Antecipadas – seguros a amortizar (a)	18.922	16.989
Ressarcimento General Electric (b)	28.768	-
Projetos Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	495	-
Outros	27	26
Saldo	48.212	17.015

(a) A Companhia mantém política de cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Temos seguros de ativos onshore, offshore, de responsabilidade civil, seguros de garantia de depósitos judiciais.

(b) Considerando que em caso de despacho por ordem de mérito, momento que a ONS (Operadora Nacional do Sistema elétrico) solicita a entrega física de energia, a companhia teria que gerar energia ou comprar energia de substituição para atender os seus contratos de fornecimento e que houve falha do transformador da turbina a gás denominado GT-11, foi assinado um acordo entre a Companhia e a General Electric Switzerland GmbH, General Electric International, Inc., GE Energia Térmica e Indústria Ltda. e Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda (contratados), através do qual foi definido que os contratados reconheciam sua responsabilidade parcial de falha do transformador, conforme contrato assinado em 02 de julho de 2021, com valores já pagos de R\$ 84.169 (US\$ 15.000).

13 Adiantamento a Fornecedores para aquisição de imobilizado

Adiantamentos a fornecedores, durante período de construção da planta, referentes à aquisições de ativos fixos que foram transferidos para o imobilizado assim que os mesmos forem entregues à Companhia. A tabela abaixo representa os movimentos dos adiantamentos a fornecedores.

	2021	2020
Saldo Inicial	250.056	141.265
(+) novos adiantamentos (a)	124.544	275.641
(-) Baixa adiantamento imobilizado	(44.921)	(166.850)
Saldo Final	329.679	250.056

(a) A maioria dos adiantamentos realizados em 2020 são referentes ao contrato de EPC e a compra de sobressalentes de grande porte. Em 2021 os adiantamentos são referentes, basicamente, a sobressalentes de grande porte.

14 Imobilizado

a. Composição

	31/12/2021			31/12/2020			
	Taxa Anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	2,50 - 16,67	4.816.584	(212.465)	4.604.119	2.812.474	(917.755)	1.784.719
Edificações	3,11 - 4	683.973	(153.974)	530.000	2.403.693	(78.446)	2.325.227
Móveis e utensílios	6,25 - 10	6.308	(1.697)	4.610	1.467	(484)	1.027
Equipamento de Informática	10 - 16,67	0	-	0	1.187	(694)	493
Linhas de transmissão	2,50 - 6,67	255.277	(29.368)	225.910	394.391	(13.148)	381.207
Veículos	14,29	39	(5)	34	0	-	0
Ferramentas	6,25	0	-	0	68	(2)	66
Sobressalentes	-	90.684	-	90.684	7.208	-	7.208
Terenos	-	7.567	-	7.567	7.567	-	7.567
Servilhos	-	9.075	-	9.075	-	-	-
Direito de Uso (i)	4	3.409.841	(241.562)	3.228.379	3.372.562	(102.199)	3.270.363
TOTAL		9.339.168	(439.071)	8.900.097	9.680.617	(288.728)	9.391.889

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Arrendamentos a pagar.

b. Movimentação

	Saldo Final 2020	Adição	Transferência (a)	Baixas	Depreciação	Saldo Final 2021
Máquinas e equipamentos	2.718.739	5.254	1.998.576	-	(118.730)	4.604.539
Edificações	2.325.227	124.065	(1.823.367)	(20.288)	(57.638)	530.000
Móveis e utensílios	1.027	292	3.730	(7)	(433)	4.610
Equipamento de Informática	493	34	(427)	-	-	0
Linhas de transmissão	381.207	60.665	(187.349)	(12.430)	(16.182)	225.910
Veículos	0	39	-	(5)	-	34
Ferramentas	66	70	(137)	-	-	0
Sobressalentes	7.208	83.477	-	-	-	90.684
Terenos	7.567	0	-	-	-	7.567
Servilhos	0	0	9.075	-	-	9.075
Direito de Uso (i)	3.270.363	97.379	-	-	(139.363)	3.228.379
Saldo	8.711.088	371.295	0	(12.724)	(386.357)	9.339.099

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Arrendamentos a pagar.

a. Inventário físico

No final de 2020, foi contratada uma empresa especializada para realização do inventário dos ativos imobilizados da Companhia. Assim sendo, quando da finalização dos trabalhos e entrega dos relatórios em 2021, os ajustes contábeis foram efetuados, conforme pode ser observado na coluna "Transferência" do quadro de movimentação de 2021.

b) Transferência do imobilizado em curso

Os saldos contabilizados como imobilizado em curso (R\$ 5.486.923), foram transferidos, em 2020, para imobilizado em serviço a partir da entrada em operação da Usina (21 de março de 2020). Com a entrada em operação da usina, ocorreu o reconhecimento das condições operacionais pretendidas pela administração e os benefícios econômicos associados aos ativos.

c) Baixa do transformador

Em setembro de 2020, durante a rampa de desligamento dos geradores, ocorreu um flashover (arco elétrico) em um dos disjuntores e um curto circuito no transformador da turbina a vapor. Após inspeção in loco e a substituição, chegou-se à conclusão que o reparo do transformador não seria viável e a recomendação do fabricante foi a sua substituição por um novo. Assim sendo, a Companhia emitiu imediatamente um pedido de compra para o fabricante e a previsão de retorno à condição operacional será em maio de 2021. Foi reconhecido o write-off (baixa do ativo) do transformador pelo montante de R\$ 16.814.

Em 04 de fevereiro de 2021, enquanto estava conectado e recebendo energia da rede, o transformador elevador da turbina a gás (GT-11) teve um curto-circuito interno que, em uma inspeção realizada pelo fabricante, foram verificados danos internos no equipamento. Uma futura desmontagem a ser realizada pela General Electric é esperada enquanto o fabricante do transformador conclui a análise de causa raiz. Entretanto, a CELSE encontrou um novo transformador e acionou a seguradora. Foi reconhecido o write-off (baixa do ativo) do transformador pelo montante de R\$ 12.430.

15 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores do contrato EPCista (a)	267.262	271.321
APL Morway	125.556	-
Sapura Energy do Brasil Ltda (b)	15.070	15.070
GE Global Parts & Products GMBH	35.290	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (c)	30.663	-
Protec GE Brasil Transmissão de Energia	16.785	-
GE Power & Water	15.767	-
Renovação de seguros usina	2.994	6.159
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	13.255	11.522
Materiais e serviços	35.094	9.421
Saldo	557.736	313.493

(a) A CELSE assinou um contrato EPC, em escala global com General Electric Switzerland GmbH, Alstom Energia e entre outros, no âmbito do Contrato EPC, os contratados são responsáveis pela construção, design, engenharia e aquisição da Usina, que compreende os geradores, uma subestação de alta tensão e uma linha de transmissão de alta tensão, entre outros sistemas e componentes os montantes apropriados de custo de captação mais a SERV quando da captação das debêntures. Os valores devidos são referentes, principalmente, a Change Orders emitidas no final da obra. Os valores devidos são referentes, principalmente, a pedidos emitidas no final do contrato EPC.

(b) A Sapura Energy do Brasil Ltda é responsável pela aquisição, construção e engenharia do gasoduto compatível com a FSRU e o YOKE, transporte e instalação do YOKE, ligar a base do FSRU/intercambial. Devido a processo de arbitragem com a Sapura Energy do Brasil Ltda, algumas notas fiscais emitidas não foram pagas, conforme Nota Explicativa nº 20.

Posição devedora relativa a liquidação das diferenças apuradas entre a energia medida e a contratada, com valorização via Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo (MCP) referente ao mês de novembro de 2021.

16 Empréstimos e Financiamentos

Em 19 de abril de 2018, a CELSE celebrou contratos de financiamento, cujos recursos foram disponibilizados por bancos e organismos multilaterais ao longo dos anos de 2018 à 2020. Veja abaixo a estrutura de financiamento:

Linha de financiamento	Moeda	Objeto	Encargo financeiro anual	Vencimento	Linha de crédito total	Taxa efetiva de juros
IFC (a)	Real	Investimentos	IPCA+9,79%a.a.	2018 a 2032	R\$ 803.995	12,72%a.a.
IDB (b)	Real	Investimentos	IPCA+9,69%a.a.	2018 a 2032	R\$ 664.000	12,59%a.a.
IDB Invest (c)	Dólar	Investimentos	AJUS+5,40%a.a.+Libor	2018 a 2032	US\$ 38.000	11,75%a.a.
IDB China Fund	China	Investimentos	AJUS+5,40%a.a.+Libor	2018 a 2032	US\$ 50.000	11,75%a.a.
ECG	Real	Fluxo de caixa	CDI+3,5% a.a.	2021 a 2022	US\$ 200.000	10,86% a.a.

(a) International Finance Corporation (IFC)

(b) Inter-American Development Bank (IDB)

(c) O IDB Invest é o braço da seção privada do IDB Grupo

(d) Um agente que representa o IDB, o IDB Invest administrará o Fundo de Colocação da China para a América Latina e o Caribe.

Em 09 de julho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato Geral para Linha de Reserva de Crédito junto ao Banco Bradesco, no montante total de R\$ 1.116.100 (USD 200.000), bem como quaisquer contratos específicos decorrentes e relativos às seguintes operações: (i) Carta de comprometimento de crédito (Standby letter of credit); (ii) Financiamento à importação – FINIMP; (iii) Empréstimo bancário regulamentado pela lei 4.131/62, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; e/ou (iv) Cédula de Crédito Bancário (CCB). A contratação dessa linha de crédito foi importante, pois eliminou assim, eventuais descasamentos de caixa entre as compras de cargas de gás para geração de energia e o recebimento por essa energia gerada.

Como garantia, a Companhia cede fiduciariamente ao Banco Bradesco os créditos decorrentes das receitas variáveis no termos dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs").

Abaixo estão as movimentações ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021:

2021						
	IFC	IDB	IDB Invest	IDB China Fund	ECG	Total
Saldo Inicial	844.917	694.622	193.080	254.052	-	1.986.671
(+) Captação	-	-	-	-	860.265	860.265
(+) Juros	83.692	67.955	11.331	14.910	18.079	195.967
(+/-) Variação Monetária/Cambial	91.927	76.019	15.116	19.889	-	202.951
(-) Amortização Principal	(51.374)	(42.502)	(12.047)	(15.852)	(418.579)	(540.354)
(-) Pagamento de Juros	(85.117)	(69.112)	(11.839)	(15.578)	-	(181.646)
(+) Taxa de Comprometimento	-	-	-	-	1.992	1.992
(-) Pçto. Taxa de Comprometimento	-	-	-	-	(1.284)	(1.284)
(-) Pagamento Custo Captação	-	-	-	-	-	-
(+) Amortização Custo Captação	4.071	3.891	854	1.124	-	9.940
Saldo Final	888.116	730.873	196.495	258.545	460.473	2.534.502
Circulante	56.267	45.759	10.957	14.416	460.473	587.872
Não Circulante	831.849	685.114	185.538	244.129	-	1.946.630
TOTAL	888.116	730.873	196.495	258.545	460.473	2.534.502

Abaixo estão as movimentações ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020:

2020						
	IFC	IDB	IDB Invest	IDB China Fund	Total	
Saldo Inicial	707.650	604.803	134.614	177.115	1.624.182	
(+) Captação	106.924	66.400	20.316	26.731	220.371	
(+) Juros	75.878	62.951	12.615	16.599	168.043	
(+/-) Variação Monetária/Cambial	35.275	29.408	40.364	53.110	158.157	
(-) Amortização Principal	(4.252)	(3.518)	(1.052)	(1.384)	(10.206)	
(-) Pagamento de Juros	(73.303)	(61.565)	(13.311)	(17.514)	(165.693)	
(+) Taxa de Comprometimento	878	481	277	218	1.854	
(-) Pçto. Taxa de Comprometimento	(1.224)	(766)	(343)	(305)	(2.638)	
(-) Pagamento Custo Captação	(6.487)	(6.965)	(1.220)	(1.605)	(16.277)	
(+) Amortização Custo Captação	3.578	3.393	820	1.087	8.878	
Saldo Final	844.917	694.622	193.080	254.052	1.986.671	
Circulante	65.916	54.273	13.524	17.795	151.507	
Não Circulante	779.001	640.349	179.556	236.258	1.835.164	
TOTAL	844.917	694.622	193.080	254.052	1.986.671	

Os vencimentos das parcelas são os seguintes:

Ano	Principal	Custo de captação	Total
2023	173.323	(9.708)	163.615
2024	143.501	(9.508)	133.993
2025	184.421	(9.050)	175.371
2026	209.646	(8.247)	201.399
2027	227.920	(7.360)	220.560
2028	264.580	(6.025)	258.555
2029	292.944	(4.376)	288.568
2030	252.008	(2.568)	249.440
2031	171.049	(1.269)	169.780
2032	85.531	(182)	85.349
Total	2.004.923	(58.293)	1.946.630

Garantias

Os contratos de financiamento da CELSE são garantidos pelos seguintes ativos:

- Totalidade das ações de emissão da CELSE det



CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 4/5

Ambas as empresas apresentaram suas reivindicações detalhadas no final do primeiro trimestre de 2021, com os seus respectivos valores, e no final do terceiro trimestre de 2021 foram apresentados os respaldos técnicos e contra-argumentos das partes, sendo mantidos os valores totais de R\$ 100.580, US\$ 90.330 e €6,55 para os pleitos da Sapura e de R\$ 195.384, US\$ 48.321 e € 399, sem juros ou correção monetária para os contrapleitos da CELSE. Com isso, as reivindicações das partes poderão ser analisadas detalhadamente, para o estabelecimento da probabilidade de perda.

21 Partes relacionadas

a. Controladora

Em 31 de dezembro de 2021, o controle acionário da Companhia é da CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (o controle da CELSEPAR era compartilhado pelas empresas Ebrasil Energia Ltda e NFE Power Brasil Participações S.A que, por sua vez, têm como controladoras finais as empresas DC Energia e Participações S.A. e LNG Power Limited).

b. Operações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e transações que influenciaram nas contas de resultado decorrem de operações em condições e preços estabelecidos em mercados e estão a seguir apresentados. As transações de arrendamento são efetuadas com a empresa Golar LNG Ltd.:

Moeda Nacional	Ativo Imobilizado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesas Operacionais	Despesa Financeira
Saldo em 31/12/2020	3.270.363	99.430	3.129.259	-	-
Direito de uso (Nota 14)	97.379	-	97.379	-	-
Arrendamento a pagar (Nota 18)	-	(299.358)	-	-	-
Depreciação (Nota 14)	(139.363)	-	-	(139.363)	-
Juros Financeiros (Nota 26)	-	184.743	-	-	(184.743)
Variação cambial (Nota 26)	-	86.872	194.623	-	(281.495)
Saldo em 31/12/2021	3.228.379	71.687	3.421.261	(139.363)	(466.238)

Moeda Nacional	Ativo Imobilizado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesas Operacionais	Despesa Financeira
Saldo em 31/12/2019	111.357	114.103	-	-	-
Direito de uso (Nota 14)	3.261.165	-	3.261.165	-	-
Arrendamento a pagar (Nota 18)	-	(149.508)	-	-	-
Depreciação (Nota 14)	(102.159)	-	-	(102.159)	-
Juros Financeiros (Nota 26)	-	140.551	-	-	(140.551)
Variação cambial (Nota 26)	-	(5.716)	(131.906)	-	137.622
Saldo em 30/12/2020	3.270.363	99.430	3.129.259	(102.159)	(2.929)

c. Aquisição Energia Elétrica CCEE

Em 2019, vislumbrando a possibilidade de não entrar em operação na data prevista, ou seja, 01 de janeiro de 2020, a companhia, no intuito de minimizar os riscos de uma penalidade mais severa, resolveu recomprar lastro através de contratos bilaterais registrados na Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE) com 6 (seis) meses de antecedência, conforme estabelecido na resolução normativa da ANEEL número 595 de 17 de dezembro de 2013. Assim sendo, a Companhia celebrou contratos de compra de lastro com a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, uma empresa do Grupo EBrasil, que é controlador em conjunto da celse. Foram comprados, no período de janeiro a abril de 2020, 1.782.552 MWh no montante de R\$ 513.222. Em abril de 2020, devido a compra excedente de lastro, a Companhia vendeu para Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA o montante de 89.640 MWh no montante de R\$ 29.477.

Base Legal: Resolução Normativa nº 595/13

Mês de referência	Mwmed ¹	Preço Médio [R\$/MWh]	Valor final [Mil R\$]
jan/20	867	R\$ 287,30	R\$ 185.324
fev/20	867	R\$ 289,85	R\$ 174.902
mar/20	578	R\$ 287,24	R\$ 123.520
abr/20	289	R\$ 283,32	R\$ 29.477
Total			R\$ 513.222

¹ Ambiente de Contratação Livre

d. Remuneração de pessoal chave

A CELSE considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos pelo Conselho de Administração, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal chave da administração até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.851 (R\$ 4.908 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantém planos de previdência privada e de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, corresponde a R\$ 2.271.033 (R\$ 2.271.033 em 31 de dezembro de 2020) sendo composto por 2.271.033.800 ações ordinárias nominativas (2.271.033.800 ações em 31 de dezembro de 2020), sem valor nominal assim distribuídas:

	31/12/2021		31/12/2020
	Ações	%	Ações
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	2.271.033.800	100%	2.271.033.800
	2.271.033.800	100%	2.271.033.800

b. Aumento de capital social

Não houve aumento do capital social da Companhia até 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, o capital social da Companhia possui R\$ 2.271.033.800, representada por 2.271.033.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, das quais R\$ 2 mil reais não foram integralizadas.

Em 28 de janeiro de 2020 e em 20 de março de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado aumento de capital de R\$ 378.830 em caixa e de R\$ 148.050 em caixa, mediante a emissão de 378.830.000 e 148.050.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor, respectivamente. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.744.353, para R\$ 2.271.033, representada por 2.271.033.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Ações	Valor
Ata de 28 de janeiro de 2020	378.830.000	378.630
Ata de 20 de março de 2020	148.050.000	148.050
Aumento do capital social em 31 de dezembro de 2020	526.680.000	526.680

c. Reserva de incentivos fiscais

SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício correspondente à redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. A reserva não foi constituída uma vez que a período a companhia não auferiu lucro. O valor será constituído quando da existência de lucros contábeis.

d. Resultado por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro/prejuízo por ação básico, foi baseado no lucro/prejuízo atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada das ações ordinárias em circulação:

	2021	2020
Resultado do período atribuível aos acionistas	(188.907)	(162.946)
Média ponderada de ações em circulação ao final do exercício - milhares	2.271.033	2.209.707
Prejuízo básico / diluído do período por ação	(0,0805)	(0,0737)

A Companhia não possui instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

23 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR) (a)	1.716.877	1.256.409
Disponibilidade (ACR) – Resolução 595 (b)	-	488.133
Vendas de energia (ACR) (c)	1.125.416	40.905
Vendas de energia (ACL) – Contrato Bilateral (d)	-	25.397
Vendas de energia (ACL) – Segurança Energética (e)	922.887	-
Vendas de energia (ACL) (e)	62.297	117.188
Vendas de gás natural liquefeito (GNL) (f)	184.058	-
4.011.535	1.928.032	

Dedução da receita

Impostos sobre vendas	(354.041)	(178.343)
P&D	(33.759)	(16.695)
Total da receita líquida	3.623.735	1.732.994

(a) Disponibilidade (Ambiente de Contratação Regulado – “ACR”): refere-se a Receita Fixa, que é o valor de remuneração anual da usina, apresentado pela companhia no seu plano, que inclui, dentre outros: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina e dos compromissos financeiros da Companhia; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto do contrato, que será independente do despacho da Usina. A receita de 2020 representa 9 meses e 11 dias de operação, por conta do início das operações ter ocorrido em 20 de março de 2020.

(b) Devido ao atraso na conclusão da usina e a, consequente, não obtenção da Declaração de Operação Comercial (DOC), a CELSE, para atender à sua obrigação contratual de PPA - que exige a disponibilização de 867 MW (Megawatts), e segundo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a CELSE adquiriu em média 867 MW de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras.

(c) Venda de energia (Ambiente de Contratação Regulado – “ACR”): refere-se a Receita Variável, que é o valor destinado ao pagamento dos custos variáveis incorridos pela Companhia na parcela flexível da geração da usina.

(d) Conforme já mencionado na nota (b), a Companhia celebrou contratos de compra de lastro com a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, uma empresa do Grupo EBrasil. Em abril de 2020, devido a compra excedente de lastro, a Companhia vendeu para Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA o montante de 89.640 MWh no valor de R\$ 29.477 em abril de 2020.

(e) O Operador Nacional do Sistema (ONS.S.) despachou a Companhia por segurança energética no período de 3 de julho de 2021 até 27 de agosto de 2021, que ocorre quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao O.N.S. que solicite a geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional.

(f) Venda de energia (Ambiente de Contratação Livre – “ACL”): Conforme previsto no Decreto 5.163/2004, os agentes vendedores devem apresentar lastro para a venda de energia, a fim de garantir 100% (cem por cento) de seus contratos. No caso da CELSE que vendeu energia no ambiente regulado, os contratos são lastreados com a garantia física da própria usina. Ocorre que, como há degradação da garantia física ocasionada em razão das perdas da rede básica e perdas internas, é realizada a compra de contratos para fins de recomposição de lastro. Essa aquisição é realizada mensalmente e visa atender obrigação regulatória e evitar penalidades e é aplicável independente da usina estar ou não despachada por ordem de mérito. Atualmente na regulação não há separação de lastro e energia, de modo que, quando celebra-se o contrato de lastro, a energia vem

associada. Assim, quando a CCEE realiza balanço energético e atestado que não houve o consumo, a energia adquirida é “vendida” liquidada no mercado de curto prazo, valorada a PLD. Ademais, caso a geração da usina seja em montante inferior ao compromisso de entrega, a CELSE ficará exposta negativamente no Mercado de Curto prazo, sendo quantidade de energia não entregue (MWh) valorada a PLD.

(g) Em 26 de setembro de 2021, a Companhia assinou um contrato de venda de gás natural liquefeito (GNL) com a NFE North Trading Limited (“NFE”). Em outubro de 2021, as cargas foram entregues para NFE. Seguem dados da transação:

Carga	Quantidade (MMBTU)	Preço unitário (R\$/MMBTU)	Total (R\$ mil)
1º	1.211.755	58,95227	71.436
2º	1.876.168	60,02791	112.622
Total	3.087.923	59,60583	184.058

Esta transação ocorreu porque a Companhia confirmou junto a OCEAN LNG o fornecimento de cargas de GNL suficiente para geração na configuração 3x1, ou seja, 3 turbinas a gás e 1 a vapor a partir de 20 de setembro de 2021, pois acreditava que o transformador elevador GT-11 estaria instalado e funcionando nesta data, entretanto, como os testes do transformador novo realizados pela Prolec GE Brasil não foram satisfatórios, a entrada em operação do transformador ficou postergada para o final de novembro de 2021, assim sendo, a Companhia ficaria com excedente de GNL na ordem de 135.000 m3, o que ocasionaria problema de recebimento de outras cargas de GNL devido a impossibilidade do Golar Nanook armazenar tais cargas. A solução para este problema foi vender parte do GNL para NFE e para não ter problema com o fornecimento de GNL no mês de novembro de 2021.

24 Custo operacionais

	2021	2020
Custo com consumo de gás (a)	(1.446.203)	(226.071)
Custo com venda de gás (a)	(139.432)	-
Custos com energia elétrica (b)	(372.309)	(546.613)
Pessoal e administradores	(4.636)	(4.128)
Materiais	(404)	(123)
Serviços de terceiros	(4.187)	(1.895)
Contrato de Operação e Manutenção (O&M) (c)	(80.907)	(46.514)
Encargo de Uso da Rede Elétrica (d)	(128.538)	(120.714)
Taxa de Fiscalização	(9.506)	(476)
Seguros (e)	(82.076)	(54.641)
Outros	(266)	(62)
Depreciação e amortização	(210.625)	(185.203)
Direito de uso arrendamento (f)	(139.363)	(102.199)
Total de custos operacionais	(2.618.452)	(1.288.639)

(a) O consumo de gás ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
Geração de energia	(1.441.914)	(64.575)
Gás vaporizado (Boil-off gas - BOG)	(1.810)	(9.508)
Consumo interno do navio	(1.332)	(2.727)
Penalidade por não comprar um volume mínimo de gás determinado no contrato (Take or Pay – ToP) (i)	(1.147)	(149.261)
Custo com venda de gás	(139.432)	-
Total	(1.585.635)	(226.071)
Custo com consumo de gás (a)	(1.446.203)	(226.071)
Custo com venda de gás (a)	(139.432)	-

(i) Em 2020, devido ao reduzido despacho por ordem de mérito – apenas 1 (uma) semana operativa-, a Companhia comprou uma quantidade muito pequena de GNL do fornecedor Catargas Operating Company Limited e teve que pagar o Take or Pay de R\$ 62.810, sendo que em março de 2020, também tivemos o ToP referente a uma carga cancelada da Petrobras Global Trading B.V. no montante de R\$ 86.451.

(b) A compra de energia/lastro ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
Compra de energia para atendimento à resolução 595 (i)	-	(487.825)
Contrato EPESA	-	(25.397)
Compra bilateral	(78.851)	(89.106)
Compra mercado curto prazo (ii)	(373.864)	-
(-) Crédito de PIS-COFINS	41.877	55.715
Total	(410.838)	(546.613)

(i) No segundo semestre de 2019, para atender à sua obrigação contratual de PPA, que exigia a disponibilização de 867 MWh, durante os primeiros três meses de 2020, a Companhia, seguindo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a Companhia adquiriu em média 867 MWh de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras. Conforme determinado no PPA, a entrega efetiva de energia quando não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional é avaliada a preço de mercado na data efetiva da transação, uma vez que as transações de compra e venda de energia foram fechadas na mesma data e segundo preços à vista na data de cada transação, a Companhia não teve nenhum impacto material como resultado dessas transações.

(ii) Em 04 de fevereiro de 2021, enquanto estava conectado e recebendo energia da rede, o transformador elevador GT-11 teve um curto-circuito interno que, em uma inspeção realizada pelo fabricante, foram verificados danos internos no equipamento. Uma futura desmontagem a ser realizada pela General Electric é esperada enquanto o fabricante do transformador conclui a análise de causa raiz. Entretanto, a CELSE encomendou um novo transformador e acionou a seguradora. A programação para colocar a GT-11 em operação é final de novembro de 2021. A partir de 28 de agosto de 2021 até 30 de setembro de 2021, o Operador Nacional do Sistema (O.N.S.) despachou a Companhia por ordem de mérito. Entretanto, como o transformador elevador GT-11 não estava em operação, o atendimento de entrega de energia no centro de gravidade ficou prejudicado, o que acarretou uma compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) no montante de aproximadamente 389.002 MWh, equivalente a R\$ 221.565 (PLD médio de R\$ 569,57/MWh).

(c) A Companhia terceirizou praticamente todo os serviços de operação e manutenção da usina, são eles: (a) contrato de operação e manutenção da usina (contrato O&M e CSA); (ii) contrato de operação e manutenção do navio Golar Nanook (contrato OSA), unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU); e (iii) os contratos com rebocadores. O que explica, por sua vez, o baixo custo operacional com pessoal. Alguns contratos tiveram seu início postergado para o segundo semestre de 2020.

(d) Valores devidos pela Companhia às concessionárias de transmissão e distribuição, pela prestação dos serviços de transmissão e distribuição, e ao ONS pelo pagamento dos serviços prestados, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela ANEEL.

(e) A Companhia adota uma política de seguros baseada na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Importante ressaltar que, em 2020, as despesas com seguro passaram a ser apropriadas no resultado a partir de abril de 2020.

(f) De acordo com as regras do IFRS 16, os efeitos do arrendamento do Golar Nanook nas demonstrações financeiras ocorrerão através dos juros e depreciação do ativo do direito de uso.

25 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Pessoal e administradores	(19.444)	(21.712)
Materiais	(367)	(453)
Serviços de terceiros (a)	(38.741)	(29.650)
Seguros	(1.946)	(1.980)
Tributos	(653)	(534)
Aluguéis	(1.236)	(1.102)
Outros	(265)	(989)
Depreciação e amortização	(429)	(486)
Total despesas gerais e administrativas	(63.081)	(56.906)
Provisão ressarcimento GE (b)	101.584	-
Indenização de seguros (c)	6.724	-
Baixa transformador da turbina gás (d)	(12.430)	(16.814)
Outros (e)	2.702	135
Total	35.499	(73.585)

(a) Serviços de terceiros aumentaram em 2021 devido às despesas com consultores e advogados contratados para dar suporte aos financiadores, que são exigências estabelecidas nos contratos de financiamento;

(b) Reconhecimento do valor líquido de PIS e COFINS;

(c) Em junho de 2021, recebemos da seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil a indenização do transformador da turbina a vapor no montante de R\$ 6.724 (valor líquido de PIS e COFINS);

(d) A Companhia reconheceu o write-off (baixa do ativo) do transformador da turbina a gás no montante de R\$ 12.430 em 2021 e do transformador da turbina a gás (GT-11) no montante de R\$ 16.814 em 2020; e

(e) A Companhia vendeu algumas sucatas geradas na construção da usina.

26 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa (a)	46.917	13.536
Variação cambial de arrendamento	-	178.269
Rendimento de aplicações financeiras	26.006	13.385
Outras	1.158	529
74.081	205.719	

	2021	2020
Despesas financeiras		
Encargos das dívidas	(132.360)	(108.151)
Juros s/empréstimos	(177.888)	(133.645)
Juros de debêntures	(315.427)	(257.409)
Variação monetária e cambial Dívida	(202.951)	(129.644)
Encargos s/empréstimo capital de giro	(1.992)	-
Juros s/empréstimo de curto prazo	(18.078)	



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)	(Em milhares de Reais)		
	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Maior que 12 meses
Exposição do financiamento - ICE LIBOR6M USD	(30.688)	(16.569)	(568.592)
Exposição do financiamento - IPCA	(140.467)	(89.290)	(2.338.687)
	(171.155)	(105.859)	(2.907.279)

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)	(Em milhares de Reais)		
	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Maior que 12 meses
Exposição do financiamento - ICE LIBOR6M USD	(29.699)	(21.723)	(576.033)
Exposição do financiamento - IPCA	(131.027)	(103.916)	(2.319.377)
	(160.726)	(125.639)	(2.895.410)

IPCA/SELIC: (Fonte: Boletim Focus 07/01/2022 para 31/12/2022)

LIBOR / CDI: (Fonte: AMBIMA 11/01/2022 para 31/12/2022)

Análise de Sensibilidade para a Exposição de taxa de juros:

O cenário provável considera a LIBOR e o CDI segundo as taxas referências BM&FBOVESPA(*) estimada para 351 dias corridos a partir do dia 11 de janeiro de 2022, enquanto a SELIC e o IPCA foram estimadas de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 07 de janeiro de 2022.

Análise de sensibilidade taxa de juros

2021	Provável	Cenários			
		25%	50%	-25%	-50%
LIBOR	0,63%	0,79%	0,95%	0,47%	0,32%
SELIC	11,75%	14,69%	17,63%	8,81%	5,88%
CDI	11,67%	14,59%	17,51%	8,75%	5,84%
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%	2,52%

IPCA/SELIC: (Fonte: Boletim Focus 07/01/2022 para 31/12/2022) LIBOR / CDI: (Fonte: AMBIMA 11/01/2022 para 31/12/2022)

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação das aplicações financeiras é apresentada abaixo:

31 de dezembro de 2021

Análise de sensibilidade taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	-25%	-50%
Equivalentes de caixa	8.866	11.083	13.299	6.650	4.433
Aplicações financeiras	78.003	97.503	117.004	58.502	39.001
Empréstimos e financiamentos	(283.040)	(766.595)	(1.250.150)	200.515	684.070
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	(196.171)	(658.009)	(1.119.847)	265.667	727.504

IPCA/SELIC: (Fonte: Boletim Focus 07/01/2022 para 31/12/2022) LIBOR / CDI: (Fonte: AMBIMA 11/01/2022 para 31/12/2022)

d. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e a proteção das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

A projeção do fluxo de caixa, o teste de estresse de liquidez e a observação da concentração de pagamentos são os principais procedimentos no arcabouço do gerenciamento da liquidez da Companhia.

- (i) Projeção de fluxo de caixa: mapela futuras entradas e saídas de caixa como forma de prevenir possíveis descasamentos.
 (ii) Teste de estresse de liquidez: simula o impacto das mudanças no passivo contratado, variação nos preços de mercado entre outros riscos, o incremento no requerimento de garantias e seguros, etc.
 (iii) Concentração de pagamentos: avalia o volume do passivo contratado concentrado nos vencimentos da estrutura a termo de pagamentos, observando a compatibilidade com as entradas previstas e a reserva de caixa.

As projeções de fluxo de caixa são realizadas com base no modelo de negócio do projeto e sempre partindo do caixa realizado mês a mês. O objetivo é mitigar riscos entre fluxos de entrada e saída, evitando assim o não pagamento, além de fornecer a informação necessária a fim de evitar a concentração de pagamentos em determinada data.

A Companhia em caso de contingência, possui a Conta Reserva do Serviço da Dívida (Debt Service Reserve Account - "DSRA") com recursos suficientes para pagar 01 ano do serviço da dívida relacionada ao financiamento sênior do projeto.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

31 de dezembro de 2021

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1 - 2 anos	2-25 anos
Empréstimos e financiamentos	2.074.029	2.142.272	0	137.349	173.322	1.831.601
Debêntures	2.499.319	3.177.091	0	213.429	260.501	2.703.161
Empréstimo capital de giro	460.473	460.473	460.473	-	-	-
Fornecedores	557.736	557.736	275.404	267.262	15.070	0
Arrendamentos a pagar	3.492.948	3.632.569	44.725	225.574	255.649	3.106.621
Outras contas a pagar	21.396	21.395	7.079	14.316	0	0
Total	9.105.901	9.991.536	787.681	857.930	704.542	7.641.383

31 de dezembro de 2020

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1 - 2 anos	2-25 anos
Empréstimos e financiamentos	1.986.671	2.196.554	-	157.790	96.394	1.942.370
Debêntures	2.571.041	3.371.232	-	258.026	149.544	2.963.662
Fornecedores	313.493	313.492	312.140	1.313	39	-
Arrendamentos a pagar	3.228.689	3.558.525	43.586	211.298	241.103	3.062.538
Outras contas a pagar	10.870	10.870	7.423	3.447	-	-
Total	8.110.764	9.450.673	363.149	631.874	487.080	7.968.570

e. Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia mitiga os riscos através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pela agência de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Celse possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Celse. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	223.454	291.322
Aplicação financeira	142.955	-
Aplicação financeira DSRA	441.716	454.114
Aplicação financeira DSPA	104.405	-
Total	912.530	745.436

O Contas a Receber da companhia não apresenta risco de recebimento porque são 26 Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado ("CCEAR"), com distribuidoras de energia no Brasil. O CCEAR, em sua Cláusula 1ª, prevê a assinatura de instrumento jurídico-financeiro com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações do comprador, em especial quanto aos pagamentos a serem feitos ao vendedor. Assim sendo, como garantia do fiel cumprimento das obrigações do CCEAR, as 26 distribuidoras firmaram contrato de constituição de garantia de pagamento, via vinculação de receitas (CCG).

f. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posição de derivativos.

28 Compromissos assumidos

Obrigações Contratuais em 31 de dezembro de 2021	Prazo do contrato	Menos que 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total (24 anos)
Contrato de compra de energia (a)						
Receita fixa	25 anos	1.867.613	3.735.225	3.735.225	33.617.025	42.955.088
Receita variável (*)	25 anos	2.452.916	4.905.831	4.905.831	44.152.481	56.417.060
Contrato de compra de gás (*) (b)	25 anos	2.238.378	4.476.755	4.476.755	40.250.799	51.482.687
Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção da planta (*) (c)	25 anos	91.082	182.164	182.164	1.639.476	2.094.886
Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção do navio (d)	25 anos	43.611	87.222	87.222	784.998	1.003.053

(*) Considerando o despacho da usina em 50% de sua capacidade por ano

(a) Contrato de compra de energia no ambiente regulado entre a CELSE, e vinte e seis distribuidoras de energia, por um período de 25 anos. Desde janeiro de 2020, a CELSE é obrigada a fornecer uma garantia física mensal ou manter uma disponibilidade mensal de 867 MW (Megawatts) por esta obrigação contratual, a CELSE será remunerada por meio de receita fixa no valor anual de R\$ 1.867.613 (valor previsto para 2021, sem correção), atualizado anualmente pelo IPCA. Além disso, o contrato também prevê a efetiva entrega de energia elétrica às distribuidoras, caso ocorram solicitações de entrega física, a quantidade de energia a ser entregue será informada pela operadora do sistema e avaliada pelo Custo Variável Unitário (CVU) da CELSE, conforme definido no contrato (PPAs), que representa um valor suficiente para cobrir todos os custos operacionais variáveis da usina.

(b) Em novembro de 2016, a CELSE assinou um contrato de compra de gás para sua usina termelétrica com a Ocean LNG, uma joint venture formada pela Qatar Petroleum e ExxonMobil. O contrato de compra e venda foi negociado pelo prazo de 25 anos a partir da entrada em operação comercial, iniciando-se a obrigação contratual de entrega de energia dentro dos contratos CCEAR (Environment Power Purchase Agreement) firmados no leilão A-5/2015. O preço em cada data de compra será baseado nos preços de mercado. O contrato base consiste em 68.400.000 MMBTU (milhões de unidades térmicas britânicas) anuais, multiplicado pelo número de dias no respectivo ano contratual e dividido pelo número de dias no respectivo ano civil. O valor total do contrato é estimado em R\$ 94.814.354 (US\$ 16.990.297, assumindo um preço Brent de US\$ 81,44 e uma taxa de câmbio de R\$ 5,5805/US\$).

(c) Em 22 de dezembro de 2016, a CELSE firmou contratos de prestação de serviços para operação e manutenção da usina (O&M) pelo prazo de até 25 anos com a GE Global Parts and Products GmbH e a GE Power & Water Equipamentos e serviços de Energia e Tratamento de Água Ltda, a partir da data de início das operações comerciais na Usina, ou seja, 20 de março de 2020. O valor total aproximado dos contratos é estimado em R\$ 4.554.100.

(d) Em 23 de março de 2018, a CELSE firmou contrato de prestação de serviços de operação e manutenção do FSRU Golar Nanook pelo prazo de 25 anos com a Golar Power Latam Serviços Marítimos Ltda. O valor total do contrato é de aproximadamente R\$ 1.090.275.

29 Demonstrações adicionais de fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta informações adicionais sobre as transações relacionadas à demonstração do fluxo de caixa que não afetam o caixa:

	2021	2020
Item não movimentaram caixa		
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	-
Adição de imobilizado:		
Juros acumulados (taxa de juros efetiva)	-	(166.962)
Aquisição de ativos fixos relacionados com o contrato de Engenharia, aquisição e construção	-	-
Direito de Uso - Arrendamento FSRU Golar Nanook	(97.379)	(3.261.205)

30 Eventos subsequentes

Revisão da Garantia Física

Em 17 de janeiro/2022, a CELSE foi autorizada a alterar a potência instalada da UTE Porto de Sergipe I, de alterar, de 1.515,64 MW para 1.593,199 MW, nos termos do Despacho ANEEL nº 101/2022 (vide anexo), em razão de um teste de desempenho nas respectivas Unidades Geradoras, que resultou no aumento de suas capacidades. Assim, seguindo o rito de alterações, a CELSE deve solicitar ao MME a revisão da Garantia Física da UTE, nos termos da Portaria MME nº 492/2014, sendo que o MME realizará esta revisão até duas vezes por ano, até 30 de março e/ou até 30 de setembro de cada ano.

Descontinuação da London Interbank Offered Rate ("LIBOR")

Estão em andamento as negociações para taxas alternativas de referência em substituição a LIBOR, que ocorrerá até 30 de junho de 2023. No dia 08 de fevereiro de 2022, a Celse recebeu do IFC uma carta propondo a Secured Overnight Financing Rate (SOFR) como a taxa de referência alternativa do empréstimos em dólar (USD). Esta taxa vem sendo utilizada por diversas instituições financeiras em todo o mundo, incluindo a IFC, a mesma é publicada pela Chicago Mercantile Exchange (CME Group). A SOFR tem se tornado o benchmark preferido para empréstimos comerciais globais baseados em USD, inclusive em mercados emergentes. Ao contrário das taxas compostas determinadas em atraso, o termo SOFR é antecipado, calculado e publicado em cada dia útil, incluindo um, três, seis e 12 meses. Portanto, mutuários e credores conhecerão a taxa de juros aplicável bem antes da data de pagamento dos juros, assim como labor. Isso permitirá uma interrupção mínima na administração contínua dos empréstimos. Ao contrário da LIBOR, no entanto, a SOFR não inclui um prêmio interbancário de risco de crédito. As taxas de SOFR são compostas por transações que são garantidas por títulos do Tesouro dos EUA. O SOFR é considerado virtualmente "livre de riscos" e inferior ao LIBOR. Conseqüentemente, o empréstimo SOFR requer um ajuste adicional de spread visando preservar a economia subjacente do empréstimo para credores e mutuários.

POLÍTICA

PSD, PL e MDB têm mais senadores investigados

PSD tem quatro nomes na mira da Justiça. Três do MDB estão na lista

Os partidos com as duas maiores bancadas do Senado Federal, o PSD e o MDB, e o PL, do presidente Jair Bolsonaro, são aqueles com a maior quantidade de senadores que respondem a inquéritos ou processos criminais, administrativos ou eleitorais, conforme revela levantamento exclusivo feito pelo Congresso em Foco. Dos 81 senadores, 18 têm pendências judiciais.

Segunda maior bancada da Casa, com 11 senadores, o PSD tem quatro nomes na mira da Justiça. Há três parlamentares do MDB, maior partido do Senado, com 13 integrantes, e outros três do PL estão sob investigação. A

legenda tem sete representantes. Entre os investigados do PL está Flávio Bolsonaro (RJ), filho do presidente, que responde no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo chamado Inquérito das Fake News e também por suspeitas de peculato, referentes às denúncias de rachadinha durante seu mandato como deputado estadual.

O Podemos aparece na sequência, com dois senadores processados. Em quarto lugar, empatam o PT, o PTB, o PDT, o PP o União Brasil e o Pros, cada um com um parlamentar com pendência judicial. Ao contrário da Câmara dos Deputados, onde a maioria das acusações é por improbidade administrati-

va (um ilícito do âmbito civil, que não chega a caracterizar crime), no Senado as ações criminais preponderam. Há sete parlamentares acusados de corrupção ativa, passiva e/ou lavagem de dinheiro.

Também diferentemente da Câmara, a maioria das investigações contra senadores se refere a delitos supostamente cometidos durante o exercício de seus atuais mandatos: mais de 40% dos casos tramitam no STF, em decorrência do foro privilegiado. Os demais, salvo crimes eleitorais, já são referentes a denúncias anteriores ao exercício do mandato no Senado, quando exerciam cargos políticos estaduais ou municipais.

Terceira via na frente

Enquanto na Câmara dos Deputados o levantamento do Congresso em Foco revelou uma maioria de inquéritos e processos contra partidos aliados a Jair Bolsonaro, no Senado a preponderância vai para os partidos da autointitulada terceira via: aqueles que apoiam candidaturas de fora das esferas de Lula e Bolsonaro. São eles o MDB, PDT, União Brasil e o Podemos, que juntos contabilizam sete do total de 19 senadores com pendências judiciais. São partidos que apoiam as candidaturas de Simone Tebet (MDB), Soraya Thronicke (União-MS) e Ciro Gomes (PDT). O PSD, por sua vez, não apoia nenhuma candidatura presidencial.

EM MINAS GERAIS

Deputado do PT é alvo de atentado

O deputado Paulo Guedes (PT-MG) foi alvo de um atentado a bala, por volta das 21h, na noite desse domingo (25), no município de Montes Claros (MG), onde fazia campanha política. Nas redes sociais, Guedes denunciou que um policial militar bolsonarista à paisana atirou três vezes no carro de som em que ele estava. Ninguém foi atingido.

"Acabei de sofrer um atentado. Bolsonarista disparou três tiros contra o carro de som em

que eu estava, durante carreta em Montes Claros. Até onde vai esse ódio?", questionou. Apoiadores do candidato à reeleição seguiram o veículo em que estava o autor dos disparos que parou em uma rua escura. Além do motorista, um casal que estava no veículo do suspeito também foi preso.

Por ser um crime de viés eleitoral contra um deputado, Paulo Guedes acionou a Polícia Federal. "Não vamos sair da frente da viatura enquanto

a PF não chegar", disse. "Até onde vai esse ódio? Bolsonaro mata", acrescentou. Em outro vídeo, o deputado reclama da demora da Polícia Federal em atendê-lo em frente à delegacia da instituição em Montes Claros. Em frente ao órgão estava parada a viatura da PM com os três suspeitos. O Congresso em Foco tentou sem sucesso contato com o deputado nesta manhã. E também aguarda retorno da PF e da PM-MG.

Este é o segundo ataque registrado pela equipe do deputado. Na última sexta-feira (23), uma equipe da campanha de Paulo Guedes que fazia bandeira e entrega de santinhos do candidato foi hostilizada por um homem que deu tiros para o alto também em Montes Claros. Eles também foram ameaçados e chamados de "cambada de ladrão". O caso foi registrado em boletim de ocorrência. O suspeito do ataque também é um policial militar.



TEBET afirma que deu aula por 12 anos na universidade do RS

PROMESSA

Tebet afirma que vai priorizar a educação

A candidata do MDB à Presidência da República, Simone Tebet, afirmou que a educação será prioridade de sua gestão, caso seja eleita. A presidenciável visitou hoje o polo universitário de Pelotas (RS), acompanhada de candidatos e políticos locais. "Estar em Pelotas me dá muita alegria, porque universidade é a minha praia. A minha vida política começou dentro de um centro universitário. Eu dei aula 12 anos na universidade do meu estado. Como é que se administra um estado, um país? Ali comecei efetivamente a minha vida mais ativa na política. Então, estar em Pelotas, a terra dos estudantes, é assumir um compromisso com o futuro do Brasil. Pela primeira vez na história do Brasil, se eu for eleita presidente da República, a educação vai ser prioridade", disse.

Simone Tebet também almoçou com políticos locais e visitou alguns pontos comerciais da cidade. Ela afirmou que candidatos não podem pedir voto útil sem apresentar suas propostas para o país. "Estou pronta para dizer quais são as soluções reais que eu tenho para os problemas reais do Brasil."

Simone afirmou que sua candidatura traz moderação e consequente previsibilidade para a economia. "Eu estou muito feliz porque, por onde eu vou, eu percebo a ansiedade do eleitor ou da eleitora. E o que parece é que o próprio eleitor quer isso. Começa por querer paz e só. Nossa candidatura tem condições de trazer equilíbrio, moderação, paz. É isso que vai dar previsibilidade para economia. É isso que vai dar segurança jurídica para os investidores. E é isso que vai fazer com que o Brasil rapidamente volte a crescer, gerar emprego e renda".

A agenda da candidata prevista para Maringá (PR) foi cancelada devido ao mau tempo. O avião particular em que ela estava precisou arremeter quando tentava pousar no aeroporto da cidade. Havia muita névoa e chuva na cidade, na hora.

Em vídeo publicado em suas redes sociais, Tebet lamentou o cancelamento da agenda no Paraná, que também incluía a cidade de Londrina, e agradeceu os apoiadores e lideranças do partido que a esperavam.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/09/2022.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal da Cidade. Acesse também através do link: <http://jornaldacidade.net/publicacoes-legais>

